

Um projeto para aproximar as contas nacionais e contas de emissões

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹

Notáveis nas matérias de contabilidade e questões climáticas estão elaborando um projeto de dois anos, com o objetivo de estudar tabelas de compatibilidade entre contas nacionais e emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O que pode ser feito, em termos práticos, para definir as contas de emissões de GEE brasileiras?

A informação produzida para os inventários é apresentada, em geral, de forma muito agregada. Quando o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) elabora o inventário de emissões de gases do efeito estufa, ele segue as orientações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), efetuar contas climáticas assumindo o inventário como fonte de informação implica ajustar os dados do inventário para um formato aceitável que seja compatível com as contas nacionais.

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima,² um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, requereu certa coerência entre os dados de contabilidade e de inventário de emissões. Em esforços *ad hoc*, pesquisadores ajustaram dados, modelando-os, visando obter resultados que contribuíssem para o processo de tomada de decisões e de formulação de planos de políticas climáticas.

Roberto Olinto, Presidente do IBGE, durante o Seminário Internacional “Relacionando Mudança do Clima e Contas Nacionais”³, defendeu um projeto que seja desenhado com vistas ao futuro, sob uma perspectiva de longo prazo, e que mereceria ser institucionalizado como um projeto de estado. Ele fez uso da expressão “atores específicos coordenados”, racionalizando que especialistas técnicos podem receber qualificação para produzirem informação sob a base lógica da contabilidade. O sistema de contas ambientais precisa ser integrado para também assimilar as emissões de GEE. Se não houver dado, é preciso produzi-lo, de modo a avançar no estabelecimento de um sistema de contas climáticas nacionais.

Muitas possibilidades foram levantadas: a Casa Civil poderia liderar o processo, executado pelo IBGE, cujo time e equipe do MCTIC poderiam compartilhar suas metodologias relativas, respectivamente, aos inventários de emissões e às exigências de contabilidade; consultores para os inventários poderiam ser escutados; exercícios de modelagens feitos por pesquisadores poderiam ser aperfeiçoados; estudos comparados adicionais poderiam responder “como, em outros países, ocorreram inicialmente as interações entre inventários de emissões e estatísticas nacionais?”; preliminarmente o projeto poderia ser desenvolvido de forma experimental para, depois, tornar-se grande e permanente, definitivamente encontrando as tabelas comparativas entre as contas nacionais e as contas de emissões.

Tal como Pierre Alain Pionnier, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), respondeu durante o Seminário – após ter sido arguido pela plateia em relação ao setor florestal – enquanto o florestal está excluído da contabilidade de emissões atmosféricas nos países desenvolvidos em geral, se para países em desenvolvimento como o Brasil as emissões de florestas são essenciais, há uma oportunidade aos brasileiros de ser o líder nessas metodologias. Esse fato poderia, inclusive, ajudar nas contas de mudança de uso da terra no âmbito dos compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Três outros temas, também especiais para o Brasil, merecem ser abordados no contexto das contas nacionais de emissões: Agricultura, Energia e o desafio de definir o que denominamos “sustentável” diante da questão da mudança global do clima. Quanto da produção brasileira advém de práticas sustentáveis?

Será difícil saber o fim da estória, mas o primeiro passo lançado por Everton Lucero, Secretário Federal de Mudança do Clima e Floresta (Ministério do Meio Ambiente – MMA) foi extremamente pertinente. Ele frisou o valor dos números, que auxiliam a persuadir acerca da necessidade de mudança em direção à economia climaticamente resiliente e de menores emissões de GEE.

Um poderoso segundo passo, de fato, seria inscrever os atores mencionados anteriormente em estudos, visando apreciar as metodologias existentes para relacionar as contas nacionais com a questão da mudança do clima, até que possam desenhar a metodologia apropriada às particularidades brasileiras.

Notas:

1. Este seminário foi uma iniciativa conjunta do Ipea, do Centro Internacional de Pesquisas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) no Brasil, em atendimento à proposição do Ministério do Meio Ambiente (MMA), viabilizado financeiramente pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e tecnicamente pela Rede Clima. Relatora técnica: Flávia Witkowski Frangetto. Para informações adicionais, ver: <http://www.ipcig.org/pub/port/JP16PT_Relatorio_Seminario_Internacional_Relacionando_Mudanca_do_Clima.pdf>.
2. Disponível em: <<http://redeclima.ccst.inpe.br>>.
3. Para informação adicional, ver: <<http://www.ipcig.org/seminario-internacional-debate-inclusao-de-mensuracoes-de-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-nas>>.